

O livre-pensar do dr. Charcot

Em alguns círculos políticos — curiosamente mais à esquerda no espectro político — se levanta vez ou outra, e com freqüência digna de nota, a tese de que se deve (e se deve porque se pode) discutir a hipótese do impeachment do presidente da República. Houve até quem dissesse que o nome da crise é “Fernando Collor de Mello”, como insinuando que, no dia em que se trocasse a chefia do Estado, o País caminharia celeremente para a concórdia e a tranqüilidade. Somada ao crescendo de um certo nacionalismo militar — que faz da ECO-92 seu alvo preferido —, a tese do impedimento do presidente pode vir a constituir-se numa mistura explosiva. Curiosamente, são poucos os que se dão conta de quão perigosa pode ser a explosão e quais as vítimas preferidas.

No debate sobre a questão política, parece haver-se superado o argumento de que o impeachment é um golpe aplicado às instituições democráticas. O instituto é, de fato, constitucional. A Constituição, aliás, garante aos loucos o direito de existir e, portanto, pensar no seu universo de uma lógica imbatível, como assinalava Chesterton. A questão não é saber se se trata de golpe político ou não; trata-se, isto sim, de perguntar que será do Brasil no dia em que um deputado do PT ou de qualquer partido de esquerda apresentar formalmente a denúncia contra o presidente pela prática de crime de responsabilidade. O País, que já não consegue olhar-se

serenamente no espelho, entrará em transe — que durará até o momento em que a Câmara rejeitar a denúncia. O mal que se pretende estará, no entanto, feito: o pouco que resta de organização na economia terá sido solapado, o crédito externo dificilmente será reencontrado e o descrédito da classe política terá aumentado de maneira incalculável. Qualquer criança será capaz de fazer esse tipo de raciocínio — no entanto, há aqueles que, ao amparo que a Constituição fornece ao livre-pensar (inclusive o que foi objeto dos acurados estudos do dr. Charcot), parecem não terem atentado para a gravidade da crise que se abriria, a pretexto de resolver a não menos grave que vivemos hoje.

A crise atual, presente, já o dissemos, é antes de mais nada de confiança. Não apenas no presidente da República, que nas suas aparições na televisão transmite ao público a impressão de que apenas cumpre seu dever. Seu ar mortiço e a falta de brilho no olhar quando convoca “minha gente” para as grandes tarefas não permitem que entre o chefe de Estado e o povo se estabeleça a empatia sem a qual não se aceitam grandes sacrifícios nem se mobilizam vontades. Talvez mais profunda, ainda, seja a falta de confiança popular na classe política, que perdeu seu caráter de

“classe dirigente”, de “elite” (no melhor sentido de Pareto) para ser vista como um conjunto (feitas as exceções de praxe) de pessoas em busca de uma gloriosa aposentadoria que fuja aos critérios estranhos com que o INSS pretende apenas uma vez os brasileiros. O fac-símile de um recibo de vereador baiano, recebendo vultosa quantia para dar apoio político a deputado federal, conforme publicação de nosso confrade *O Globo*, era o

que faltava para configurar a crise moral e política que atravessamos. Crise tão profunda que nem a visita de João Paulo II desperta esperanças — pelo contrário, serve para explorações sobre negociações com o Itamaraty sobre o estatuto da Igreja Católica diante do Estado brasileiro, ou rumores sobre tensões entre o Estado do Vaticano e o Planalto.

Depois, a crise é econômica. Ela é a terceira, ou quarta, não a primeira pela ordem de importância. Se houvesse uma classe dirigente; se houvesse confiança na classe política; se o chefe do governo tivesse um quê de carismático, tudo seria mais fácil — com a condição, já assinalada, de que o Executivo se preocupasse em administrar o dia-a-dia, a caixa do Tesouro e não se entusiasmasse com programas fabulosos

(isto mesmo, de fábula) como o dos Ciacs, enquanto professores ganham uma miséria na região de onde provém o presidente. A crise econômica é o resultado não apenas da década perdida de 1980. É o somatório de quanto se deixou de investir desde os anos 70 ou se investiu em empreendimentos sem sentido de longo prazo. É a consequência dos cartórios industriais e sindicais; de um apego abstrato a uma idéia mais etérea ainda do que seja o poder na fábrica; da circunstância de os empresários, levados pela crise que dessorou a classe dirigente ou pela inflação, se terem transformado, lenta mas inexoravelmente, em *negociantes*. Se muitos deles perderam a esperança no Brasil como país preferido para investimentos, como pretender que o povo humilde continue crendo?

A crise final, para a qual não se atenta com a profundidade necessária, é de natureza sociológica: é o resultado disso tudo. É a anomia que se instala na sociedade, o esgarçamento do tecido social, o fim da idéia de autoridade, da solidariedade.

Sobre tudo isso, discute-se o impeachment. São poucos os que se preocupam com isso hoje, embora saibam se comunicar. O problema é que, quando a crise cambial se acentuar e se somar às outras e ninguém conseguir encontrar “d’el Rey” a que recorrer, a esses poucos se juntarão muitos interesseiros. Na verdade, o País merece um destino melhor.